

Um ano depois, quais os resultados dos estímulos econômicos no Japão?

Em dezembro de 2012, Shinzo Abe foi eleito primeiro-ministro do Japão com a promessa de reanimar a economia japonesa, estagnada desde o estouro da bolha imobiliária em 1990. Após 25 anos de estagnação econômica, muitos japoneses receberam a "Abenomics" — o apelido dado a essa "nova" matriz econômica — com uma mescla de ilusão e esperança.

A receita do primeiro-ministro nipônico, especificada ainda em dezembro de 2012, seduziu os analistas nacionais e estrangeiros: intensa expansão monetária, aumento dos gastos públicos e reformas estruturais. Essas seriam as três famosas flechas com as quais Abe dizia que iria acertar o alvo.

Keynesianos e monetaristas imediatamente se mostraram deslumbrados: finalmente, o helicóptero japonês entraria em pleno funcionamento, e seria utilizado para financiar um ambicioso plano de obras públicas que faria renascer o crescimento japonês.

Um ano depois, essa bolha de otimismo ainda está longe de se traduzir em fundamentos reais.

Começemos recordando em que consiste o *Abenomics*. Ao longo de 2013, o Banco Central do Japão aumentou suas compras de títulos da dívida pública em 60%, ou seja, em 50 bilhões de euros (algo equivalente a todo o gasto público anual da Espanha). Adicionalmente, para 2014, já está prevista a compra de outros 50 bilhões, desta maneira duplicando a base monetária japonesa em relação ao nível vigente em 2012.

No que mais, também em 2013, os investimentos públicos vivenciaram seu maior aumento desde o início da década de 1990 (em 11,3%), elevando os gastos do governo ao nível mais alto de sua história e o déficit orçamentário a um dos mais elevados (cerca de 9% do PIB).

Dito de outra forma, é indubitável que o estado nipônico tenha desempenhado uma influência notável ao longo de 2013 para tentar aditivar a atividade econômica japonesa, se esforçando para aumentar a quantidade de dinheiro nas mãos de seus cidadãos, seja por meio de expansões da base monetária, seja por meio de aumentos nos gastos públicos e, consequentemente, nos déficits orçamentários (cujo financiamento resulta em criação de dinheiro pelos bancos).

O resultado sobre os preços dos ativos foram sentidos de maneira muito clara: o índice Nikkei aumentou mais de 50% em 2013, os preços dos imóveis (segundo o *TSE Home Price Index*) subiram mais de 5% — o maior ritmo desde o estouro da bolha imobiliária em 1990 —, e o iene se desvalorizou quase 20% em relação ao dólar.

Tudo parecia preparado para que a economia japonesa decolasse ao longo de 2013: iene barato para promover as exportações, expectativas exuberantes para a bolsa de valores, o que podia proporcionar financiamento barato para as empresas fazerem novos investimentos, e preços imobiliários crescentes para reanimar o moribundo setor da construção civil.

No entanto, o Japão, até o presente momento, segue tão estancado quanto antes: em 2013, o PIB cresceu apenas 1,5%, a mesma taxa obtida em 2012, *quando ainda não havia a Abenomics*. Mas a coisa piora: os dois últimos trimestres de 2013 exibiram um crescimento quase zero, chegando a ser inferior ao espanhol. Com efeito, o setor privado está em recessão desde meados de 2013, e os únicos setores que estão indo bem são o da construção civil (entorpecido pelas injeções monetárias e estímulos fiscais) e o das exportações (entorpecido pela desvalorização do iene).

Um problema adicional é que este aumento das exportações de modo algum constitui um consolo para a economia japonesa: sim, é verdade que o setor exportador registrou, em janeiro de 2014, receitas 9% maiores do que as do ano anterior; porém, os custos para o setor importador dispararam 25% em decorrência da desvalorização do iene, gerando o maior déficit comercial da história do país (mais do que o dobro do recorde histórico anterior, alcançado em dezembro de 2013).

Traduzindo: é como se uma empresa aumentasse suas receitas, mas seus gastos disparassem ainda mais, sobrepujando em muito as receitas.

Pode ser que ainda seja cedo para se declarar o completo fracasso do Abenomics; porém, desde já, os resultados alcançados até o momento não apenas são decepcionantes, como estão muito aquém do prometido: o Japão segue obstinado em não sanear seus grandes desequilíbrios financeiros (a bolha imobiliária da década de 1980 gerou um hiperendividamento, e seu consequente calote descapitalizou todo o conjunto da sociedade: pessoas, empresas e bancos) e optou por continuar incorrendo nos mesmos erros.

Entre 1990 e 2012, a dívida pública do país aumentou 260%. Qual foi o glorioso resultado? Neste mesmo período, o PIB nominal caiu 0,2%. Após este retumbante fracasso, os keynesianos nipônicos voltaram a demonstrar o mesmo entusiasmo com o *Abenomics*, o qual até agora só consolidou as piores tendências: continuar postergando o reajuste à custa de mais endividamento. Só que agora com um agravante: destruindo o poder de compra da moeda.

Sempre que os defensores do ativismo estatal e do intervencionismo começaram a repetir o mesmo mantra de sempre — a saber, que o estado deve gastar mais, incorrer em déficits e se endividar para estimular a economia —, relembre-os de que já existe um tenebroso exemplo a este respeito: o Japão. Ou, se quisermos um precedente menos oriental, há um outro ainda mais fácil: a Argentina.

O keynesianismo simplesmente não funciona, exceto para alguns poucos empresários bem relacionados com o governo, tudo à custa do povo. No somatório final, o keynesianismo apenas empobrece a sociedade, afogando-a em um oceano de dívida improdutiva.